



La comunicación en Iberoamérica: políticas científicas y tecnológicas, posgrado y difusión de conocimiento

Margarida M. Krohling Kunsch

Organizadora



Quito - Ecuador
2013

**La comunicación en Iberoamérica:
políticas científicas y tecnológicas, posgrado
y difusión de conocimiento**

**A comunicação na Ibero-América:
políticas científicas e tecnológicas, pós-graduação
e difusão do conhecimento**

Margarida M. Krohling Kunsch
Organizadora

300 ejemplares - Agosto 2013

ISBN: 978-9978-55-107-3
Código de barras: 978-9978-55-107-3
Registro derecho autoral: 041871

Diseño y diagramación
Diego Acevedo

Portada
Arturo Castañeda

Impresión
Editorial "Quipus", CIESPAL
Quito-Ecuador

Los textos que se publican son de exclusiva responsabilidad de sus autores.

Índice

Presentación	9
Fernando Checa M.	
Introducción	13
Margarida M. Krohling Kunsch	
Parte I	23
Políticas científicas e tecnológicas da pesquisa em comunicação ibero-americana: pesquisas e conhecimento demandado pela sociedade	
Hacia una epistemología del Sur: comunicología latina y agenda de investigación Francisco Sierra Caballero	25
Política científica de comunicação em Portugal: desafios e oportunidades para os doutoramentos Moisés de Lemos Martins e Madalena de Oliveira	47
Articulación y exclusión: de las universidades en el diseño de políticas científicas y tecnológicas de comunicación Delia Crovi	103

De volta ao mundo real: epistemologia, política e o campo da comunicação Cesar Bolaño	121
Dilemas en torno a la formulación de políticas de ciencia y tecnología en comunicación Ángel Páez	133
Políticas científicas e tecnológicas da pesquisa em comunicação: pesquisas e conhecimento demandado pela sociedade. Ponto de vista a partir do Brasil Antonio Hohlfeldt	151
Políticas de ciencia y tecnología, y los estudios de comunicación en el Perú: notas sobre una ausencia estructural Eduardo Villanueva	161
Contra el desperdicio de la experiencia: políticas y saberes en el campo de estudios de comunicación en Colombia Eduardo Gutiérrez	173
Parte II Pós-graduação em comunicação na Ibero-américa: qualidade do ensino e da pesquisa de pós. Estratégias para formar pesquisadores, professores e profissionais	193
A pós-graduação em comunicação no Brasil: crescimento associado aos desafios da qualidade e da inserção internacional Maria Immacolata Vassallo de Lópes e Richard Romancini	195

Tendencias y perspectivas de desarrollo e internacionalización del posgrado en comunicación en México, Centroamérica y el Caribe Raúl Fuentes Navarro	235
Discontinuidades para la búsqueda de una estrategia en común Gustavo Cimadevilla	257
Los posgrados en comunicación en Iberoamérica: calidad de la enseñanza y de la investigación. Una mirada desde el trabajo y contribuciones de Felafacs Álvaro Rojas Guzmán	279
Parte III Revistas, enciclopédias e portais da Rede Ibero-americana de comunicação: ações coordenadas para democratizar o conhecimento	293
Visión general de los periódicos de comunicación en Brasil y de la Red Confibercom de Revistas de Comunicación Cicilia M.Krohling Peruzzo	295
Redes e portais de ciências da comunicação em Portugal Luis Humberto Marcos	309
Aporte de Diá-logos de la Comunicación a la difusión de las ciencias de la comunicación Abel Suing	333
La era <i>open data</i> . Publicaciones, política científica y socialización del conocimiento. Hacia una nueva economía política del archivo Francisco Sierra Caballero	347

<i>Revista Argentina de Comunicación</i> , una política de la voz Mónica Cohendoz	365
Difusión de la ciencia de la comunicación, una tarea pendiente en Latinoamérica Karina Valarezo e Isidro Marín Gutiérrez	377
Apéndices	393
Delia Crovi (Política científica y tecnológica en comunicación)	395
Raúl Fuentes (Posgrado en comunicación en Iberoamérica)	403
Ana Silvia Médola (Difusión de las ciencias de la comunicación)	407
Sobre los autores	413

Política científica de comunicação em Portugal: desafios e oportunidades para os doutoramentos

*Moisés de Lemos Martins e Madalena de Oliveira
Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade /
Universidade do Minho
moiseslmartins@gmail.com
madalena.oliveira@ics.uminho.pt*

Resumo:

Pouco mais de três décadas depois do início do ensino universitário de ciências da comunicação nas instituições portuguesas de ensino superior, Portugal é hoje um país com quase duas centenas de investigadores titulares de doutoramento neste campo científico. Apesar de só muito tardiamente se ter iniciado a atribuição do grau de doutor em ciências da comunicação nas universidades portuguesas (a partir de 1991), os últimos anos registraram um aumento muito significativo de estudantes neste nível de ensino, funcionando atualmente no país uma dúzia de cursos de terceiro ciclo. Para além de uma análise da evolução da formação pós-graduada, este artigo procura ainda discutir quatro desafios que hoje se colocam às políticas científicas no domínio da comunicação: 1) o desafio da afirmação interna no contexto das ciências sociais e humanas; 2) o desafio da sustentabilidade de uma área em permanente atualização; 3) o desafio da internacionalização da investigação; e 4) o desafio associativo.

Palavras-chave: política científica, ciências da comunicação, ciências sociais e humanas, formação pós-graduada, internacionalização da investigação.

Introdução

Pouco mais de três décadas depois do início do ensino universitário de Comunicação nas instituições portuguesas de ensino superior, Portugal é hoje um país com mais de uma centena e meia de investigadores doutorados neste campo científico. O número de estudantes de doutoramento tem crescido exponencialmente não só entre professores do ensino superior como também entre recém-licenciados e mestres que procuram, nalguns casos, uma saída profissional por via do emprego científico. Também alguns profissionais dos média, nomeadamente jornalistas, têm procurado inscrever-se em cursos doutorais para, tomando a própria experiência profissional por referência, desenvolverem competências no domínio da investigação.

Nos últimos doze anos, o panorama deste grau académico alterou-se consideravelmente. A fixação das Ciências da Comunicação como área científica e a política de atribuição de bolsas da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) são talvez as condições que melhor justificarão a linha de evolução produtiva a este nível, fatores a que acrescerão outras causas como sejam o crescimento global da população universitária e o incremento da integração de estudantes de pós-graduação na dinâmica dos centros de investigação. Para além da espontânea motivação de muitos estudantes para prolongar os seus períodos de formação, as próprias universidades têm sido mais pró-ativas na captação de novos públicos e na divulgação de cursos e projetos de investigação. Aliado a estes aspetos, o próprio prestígio nacional e internacional de várias escolas tem feito da universidade em geral uma instituição de acolhimento desejada por muitos estudantes para além da formação de graduação.

Há pouco mais de uma década, o grau de doutor era um apanágio quase exclusivo de professores integrados na carreira docente. Concluído muitas vezes em momentos já avançados do percurso profissional, o doutoramento inscrevia-se numa lógica de consagração de um trajeto de muitos anos de trabalho universitário. Hoje, porém, o doutoramento é assumidamente encarado como a ‘prova de aptidão’ para o início da carreira de investigação e ensino universitário. Por esta razão, os doutoramentos são cada vez mais produzidos por investigadores jovens, sendo hoje relativamente frequente a atribuição do grau de doutor a investigadores com idades compreendidas entre os 28 e os 35 anos de idade.

No contexto europeu, depois da reforma curricular empreendida na esteira da Declaração de Bolonha, pode dizer-se que o trabalho de pós-graduação se faz, na atualidade, verdadeiramente apenas no terceiro ciclo de estudos, ou seja, no doutoramento. Na verdade, como já tivemos oportunidade de referir (MARTINS & OLIVEIRA, 2012), o segundo ciclo de estudos não é hoje senão uma especialização do grau de licenciatura, muitas vezes de caráter fundamentalmente profissionalizante. Ainda que, formalmente, a pós-graduação se defina como a formação posterior ao primeiro ciclo de estudos, o funcionamento atual dos cursos superiores em Portugal, numa lógica de continuidade expectável entre Licenciatura e Mestrado, deveria significar que o ensino pós-graduado corresponde agora exclusivamente ao grau de doutor. É por essa razão que, após um primeiro estudo de diagnóstico da realidade portuguesa (MARTINS & OLIVEIRA, 2012), nos concentramos desta feita, acima de tudo, no doutoramento e pós-doutoramento.

Com efeito, apesar do já elevado número de teses em Ciências da Comunicação defendidas nas universidades portuguesas, são ainda mal conhecidos os contornos do retrato do país, havendo mesmo um profundo desconhecimento relativamente ao perfil dos doutorados. Por isso, e tendo em conta o interesse desta matéria para a cooperação,

no âmbito de uma política integrada da Comunicação Ibero-americana, a Sopcom tem desenvolvido, em articulação com o Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS) da Universidade do Minho, um estudo que pretende lançar um olhar em profundidade sobre este setor. Para além de um diagnóstico sobre o estado da arte, procuramos organizar aqui os dados de diversas fontes de informação e analisar a documentação disponível para melhor compreender o mapa da pós-graduação em Comunicação.

Objetivos

Com o propósito central de caracterizar o panorama do doutoramento em Ciências da Comunicação, o estudo que empreendemos tem como principal objetivo lançar as bases para um observatório nacional deste grau de formação/investigação. Sendo ainda um trabalho preliminar, a pesquisa que realizámos procura organizar um conjunto de dados relativamente ao número de teses defendidas, ao número de teses financiadas e aos cursos doutorais atualmente em funcionamento no país. Serve este trabalho o intuito de reunir informação dispersa e ainda não sistematizada por nenhum organismo público, dado que a própria Fundação para a Ciência e a Tecnologia não dispõe de nenhum estudo de síntese do cenário nacional. Constituem, neste sentido, objetivos deste trabalho:

- 1) fazer um levantamento exaustivo de todas as teses defendidas na área das Ciências da Comunicação (títulos, autores e instituições de atribuição do grau) e organizar uma base de dados;
- 2) estudar a linha de evolução e o crescimento do número de estudantes deste nível de ensino;
- 3) fazer o retrato dos cursos de terceiro ciclo atualmente em funcionamento (nos termos da Declaração de Bolonha);
- 4) analisar a evolução do investimento público em bolsas de doutoramento e de pós-doutoramento;

- 5) ouvir alguns atores-chave do lançamento do doutoramento em Comunicação em Portugal;
- 6) problematizar a relação do aumento do número de investigadores doutorados com o crescente investimento em projetos de investigação financiados por programas públicos;
- 7) indagar a ligação do número de teses defendidas com o aumento da produção bibliográfica e com a diversificação de publicações em Ciências da Comunicação – livros e revistas científicas;
- 8) fazer uma análise prospetiva do futuro da pós-graduação (doutoramento e pós-doutoramento) em Portugal e na relação com o espaço ibero-americano.

Bastante ambiciosos no enunciado, estes objetivos organizaram a pesquisa realizada e os contactos empreendidos, dando corpo ao presente artigo, que visa contribuir para um melhor entendimento do campo no contexto português e interrogar os modelos de internacionalização dos projetos de ensino e de investigação nacionais. Conhecer a história para projetar o futuro, eis, pois, a principal finalidade do investimento feito neste estudo.

Dando forma ao nosso propósito, procuramos responder ao seguinte conjunto de questões:

- a) Quantos são os doutores em comunicação em Portugal?
- b) Quantos investigadores se encontram atualmente a preparar teses de doutoramento em comunicação nas universidades portuguesas?
- c) Qual é a história do doutoramento nesta área em Portugal?
- d) Quais são os temas, pelo menos aparentemente, predominantes nesta área de estudo?

- e) Como se distribui o número de doutorados pelas universidades do país?
- f) Que impacto parece decorrer da implementação de cursos de terceiro ciclo na lógica de Bolonha?
- g) Que impacto tem a Sopcom, ou o movimento associativo em geral, no desenvolvimento desta área?
- h) Que relação estabelecer entre o aumento do número de doutorados e a diversificação de projetos de investigação financiados? E entre o aumento do número de doutorados e o aumento das publicações nesta área?

Nalguns casos, não podemos formular respostas senão em termos estimativos. Mas tanto quanto possível, procurámos promover um conhecimento mais articulado de todas as variáveis, e também instruir o debate sobre o horizonte a médio e longo prazo da formação pós-graduada.

Metodologia

Assente na necessidade fundamental de reunião de informação primária sobre os doutoramentos já realizados e ainda em curso no país, o nosso propósito cruza o contacto e o contributo de diversas fontes de informação. Num primeiro momento, foi realizado um rastreio através da Internet nos websites de várias organizações públicas, nomeadamente das próprias universidades. Depois, atendendo à escassez dos dados de domínio público nestes espaços online, foram diretamente contactadas por correio eletrónico e por telefone as seguintes entidades:

- 1) a Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), organismo responsável pela gestão da ciência e do financiamento para bolsas de formação de recursos humanos e para investigação;

- 2) a Biblioteca Nacional, onde estão, por obrigação legal, 'depositadas' para arquivo todas as teses realizadas;
- 3) a Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES), a quem compete a acreditação, a validação e a avaliação dos projetos de ensino dos três ciclos de estudos superiores;
- 4) o Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais (Gpeari), cuja missão consiste em garantir o apoio técnico à formulação de políticas e ao planeamento estratégico e operacional, bem como em avaliar a execução de políticas nos domínios da ciência, da tecnologia e do ensino superior.

A informação prontamente disponibilizada por estas instituições, sobretudo a FCT, através do seu Departamento de Programas e Projetos de Investigação Científica e Desenvolvimento Tecnológico, permitiu construir um importante *corpus* de dados e informação de natureza estatística que suporta as leituras enunciadas e a análise do quadro português, cuja história ainda relativamente recente dá conta de uma área científica de fronteiras, nem sempre fáceis de delimitar, graças à natureza multidisciplinar dos fenómenos comunicativos.

Para além disso, procedeu-se a uma recolha das instituições de ensino superior que desenvolvem programas doutorais ou ministram cursos de terceiro ciclo em Ciências da Comunicação. O quadro seguinte apresenta as instituições que foram posteriormente contactadas, através dos diretores de curso indicados nas respetivas páginas online.

Quadro 1 - Instituições a quem foi solicitada informação sobre doutoramentos e pós-doutoramentos, em curso e já concluídos

Instituição	Designação do curso doutoral / 3º ciclo
Universidade de Aveiro/Universidade do Porto	Informação e Comunicação em Plataformas Digitais
Universidade do Minho	Ciências da Comunicação
Universidade de Coimbra - Faculdade de Letras	Ciências da Comunicação
Universidade da Beira Interior	Ciências da Comunicação
Universidade do Algarve - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais	Comunicação, Cultura e Artes
Universidade de Lisboa - Faculdade de Letras	Comunicação e Cultura
Universidade de Lisboa - Faculdade de Letras	Voz, Linguagem e Comunicação
Universidade Nova de Lisboa - FCSH	Ciências da Comunicação
Universidade Nova de Lisboa - FCSH	Média Digitais
Universidade Católica Portuguesa - FCH	Ciências da Comunicação
Iscsp	Ciências Sociais - Ciências da Comunicação
Iscte	Ciências da Comunicação
Utad	Direção de Comunicação Empresarial
Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias	Ciências da Comunicação

Apesar de insistentes contactos, através de correio eletrónico, nem todos os coordenadores de projetos de ensino doutoral responderam à interpelação deste plano de trabalho. Apenas foram obtidos dados das seguintes instituições de ensino superior: Universidade de Aveiro,

Universidade de Coimbra, Universidade do Minho, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Universidade do Porto e Universidade da Beira Interior. Significa esta observação que outros dados estão ainda em falta, pelo que a informação que serviu de base de trabalho é, em certa medida, lacunar. Ainda assim, da conjugação dos dados recolhidos junto das entidades ministeriais e junto destas instituições de ensino, resulta um quadro que considera, como detalharemos adiante, um conjunto alargado de teses de doutoramento concluídas (148), de bolsas de doutoramento atribuídas nos últimos doze anos (214), de pós-doutoramentos iniciados (45), bem como de projetos de investigação coletivos financiados pela FCT (75).

Embora muito expressivos, estes números por si só seriam insuficientes para traçar o retrato da Comunicação como campo científico. Porque eles estão profundamente ligados a dinâmicas que não são suficientemente explícitas na lógica das estatísticas. Por isso, e com o intuito de melhor compreender o contexto de emergência e o desenvolvimento da área de conhecimento em Ciências da Comunicação em Portugal, foram realizadas entrevistas exploratórias a atores considerados chave para o campo em território nacional. Bem de acordo com a própria designação, estas entrevistas tiveram como objetivo principal recolher informação complementar e contribuir para explorar explicações e contextos que decidiram o rumo da Comunicação em termos científicos. De acordo com este pressuposto, foram entrevistados os seguintes professores da academia portuguesa: José Manuel Paquete de Oliveira (Professor Jubilado do Iscte – Instituto Universitário de Lisboa), José Rebelo (Professor Associado com Agregação do Iscte – Instituto Universitário de Lisboa) e António Fidalgo (Professor Catedrático da Universidade da Beira Interior).

Estrutura do estudo

Dando conta dos resultados da metodologia anteriormente descrita, este estudo está organizado em três secções que culminam numa

leitura de síntese, no epílogo deste artigo. Na medida do possível, procurámos traduzir graficamente a informação mais quantitativa, para facilitar a visualização dos dados. Por essa razão, este texto é abundantemente acompanhado de registos infográficos, por nós produzidos, na maior parte dos casos.

Num primeiro momento, expomos as circunstâncias da emergência das Ciências da Comunicação no contexto das Ciências Sociais e das Humanidades. Consideram-se nesta exposição dois períodos em particular: o primeiro, desde o final dos anos 1979 até ao final da década de 1990; o segundo, desde a viragem do milénio até à atualidade.

Depois apresentamos os dados relativos ao número de doutorados e às bolsas de doutoramento atribuídas pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia. É também neste capítulo que se faz uma abordagem relativamente aos planos de estudos dos cursos de terceiro ciclo em funcionamento no país.

Finalmente, reportamos a informação recolhida sobre o financiamento de projetos de investigação, por um lado, e sobre a publicação de revistas científicas e de livros em Portugal. Embora aparentemente alheio à caracterização da pós-graduação em Comunicação, este capítulo tem a particular vantagem de, ainda que em termos superficiais, conferir dados que permitem relacionar a evolução do número de doutorados com o incremento da produção científica em geral.

Fechamos este estudo, enunciando um conjunto de desafios, que hoje se colocam, do nosso ponto de vista, às Ciências da Comunicação em Portugal, desafios que podem constituir, por outro lado, oportunidades para o ensino pós-graduado.

Da emergência à consolidação da comunicação como campo científico

A democracia e o arranque tardio do ensino universitário do jornalismo em Portugal

A história da criação do domínio científico da Comunicação não pode escrever-se apartada da história política de Portugal. Na verdade, a longa ditadura de 48 anos que governou o país entre 1926 e 1974 é certamente a principal razão que justifica o atraso com que em Portugal se iniciaram os estudos de Comunicação, como aliás aconteceu com o estudo das Ciências Sociais em geral. De facto, embora em muitas universidades europeias e norte-americanas, sobretudo, a pesquisa de Comunicação tivesse dado os primeiros passos logo no início do século XX, em Portugal, só depois da Revolução do 25 de abril se abriu caminho à constituição da Comunicação como área de saber.

Com efeito, ao longo do Estado Novo – o regime autoritário e corporativista dirigido por António de Oliveira Salazar, primeiro, e por Marcello Caetano, depois –, viveu-se em Portugal um regime de censura, que coartou a liberdade de expressão, impondo um rigoroso controlo dos meios de comunicação social. A censura prévia às publicações periódicas e a apreensão sistemática de livros marcaram a 'lápiz azul'⁶ a atividade da comunicação e difusão de informação e conhecimento. Ora, a um regime que restringia a expressão livre não interessava o desenvolvimento científico da Comunicação, nem tão-pouco o ensino do jornalismo. Muito eficaz na apreensão dos suportes visuais de comunicação, para efeitos de propaganda política, o Secretariado da Propaganda Nacional (depois renovado sob a designação de Secretariado Nacional de Informação)⁷, nunca

6 O célebre 'lápiz azul' é a imagem da ação da censura sobre a imprensa, designando o lápis com que os censores cortavam os trechos de texto considerados inadequados para publicação.

7 Apesar de Salazar nutrir um gosto muito particular pela rádio, que dizia ser a caixinha que alguma vez mais gente congregou a ouvir a sua voz, era na verdade

investiu na profissionalização dos jornalistas, nem promoveu o desenvolvimento de disciplinas críticas nas universidades, na altura ainda frequentadas apenas por núcleos relativamente restritos da população.

Com a Revolução dos Cravos, em abril de 1974, o país começa a reunir condições para investir na comunicação social como antes não tinha sido possível. Exaltando a liberdade de expressão reconquistada, a sociedade prepara-se progressivamente para o aparecimento de novos títulos na imprensa e para o desenvolvimento das rádios locais (a partir das chamadas “rádios pirata”, cujo fenómeno se desenvolve em Portugal a partir de 1977). Este entusiasmo culmina, em 1979, na criação do primeiro curso de Licenciatura em Comunicação Social, na Universidade Nova de Lisboa⁸, apenas cinco anos depois da primeira licenciatura em Sociologia (que foi criada pelo Iscte, em 1974). Uma vasta geração de jornalistas, formada na primeira edição deste curso, ocupa hoje lugares de grande visibilidade pública (pivots de TV, por exemplo) e/ou de direção de órgãos de comunicação social. No ano seguinte, abre um segundo curso no Iscsp (Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas), da Universidade Técnica de Lisboa. A partir de então, o fenómeno replica-se em diversas universidades do país, muito impulsionado pelo regresso de professores e

muito utilitarista o entendimento que o regime tinha da comunicação social. Veja-se, a propósito, as seguintes declarações de António Ferro, em 1941, então diretor do Secretariado Nacional de Informação, durante o discurso de inauguração da Emissora Nacional: «A Emissora renunciaria ao seu programa essencial, ao próprio título de nobreza que contém o seu nome, se passasse o tempo a satisfazer as exigências medíocres de certas camadas da população de radio-ouvintes, que precisam de ser orientadas, ensinadas e nunca lisonjeadas nas suas baixas tendências».

- 8 É muito significativo o atraso destas áreas relativamente a outras universidades na Europa. Na Alemanha, por exemplo, o ensino do jornalismo começou, como relata António Fidalgo (1998), em 1916, quando foi criado em Leipzig o Institut für Zeitungskunde.

Sobre o primeiro curso de Comunicação Social em Portugal, veja-se, de Renato Mendes (2012), *Os Jornalistas e a Primeira Licenciatura em Comunicação Social em Portugal* (1979), Escritório.

investigadores que haviam saído de Portugal para fazer doutoramento no estrangeiro, como é o caso de Adriano Duarte Rodrigues e Aníbal Alves.

É esta a história da Comunicação na universidade portuguesa, uma área cuja organização remete para o começo dos anos 1980, no pós 25 de abril, com alguns investigadores de Ciências Sociais e Humanas, da Sociologia à Teologia, que fizeram o doutoramento em Comunicação fora de Portugal (Adriano Duarte Rodrigues e Aníbal Alves fizeram-no na Bélgica, em Lovaina-a-Nova). A história das Ciências da Comunicação não é, todavia, dissociável da história das outras Ciências Sociais. Foi a seguir ao 25 de abril que as Ciências Sociais passaram a ter uma existência universitária. Até 1974⁹, as disciplinas de crítica social, problematizadoras, como a Sociologia, não eram ensinadas em Portugal. Os cursos de Sociologia eram proibidos pelo seu carácter subversivo. Esta ideia é sublinhada por José Rebelo, para quem, nesta fase inicial, o ensino era muito influenciado por aquilo que estas pessoas aprenderam, na maioria esmagadora dos casos em países europeus, como a França e a Bélgica.

A partir da década de 1980, os cursos começaram a multiplicar-se, proliferando quer em universidades públicas quer em privadas, bem como nos institutos politécnicos. Para José Rebelo, Professor do Iscte-IUL, este crescimento deve-se a inúmeros fatores, «por razões que têm a ver com o campo dos média e por razões que lhe são exteriores». De acordo com este investigador, a procura de jovens jornalistas aumentou muito na década de 1980, graças em parte à adesão de Portugal à União Europeia, o que proporcionou uma alteração notória da situação política, económica e financeira em Portugal, designadamente com a privatização de vastos setores da economia, com a dinamização de atividades económicas, que anteriormente tinham uma existência em surdina, com o lançamento

9 Há também quem defenda, como refere Fernando Machado (2009) que o ensino da Sociologia se iniciou em Évora, em 1964, por iniciativa da Companhia de Jesus.

de novos produtos no mercado e com a necessidade de publicações que pudessem servir de suporte publicitário a esses novos produtos que passaram a invadir o mercado. Recorda José Rebelo que «num espaço de tempo muito curto, se criaram múltiplas publicações – temáticas, para o homem, para a mulher, de bricolage, sobre automóveis, etc. Paralelamente a isso, em 1988, a lei da rádio legalizou três centenas de rádios locais, o que também criou emprego, embora na maior parte dos casos a título precário, com recibo verde¹⁰».

Um outro fator apontado por este Professor do Iscte tem a ver com a privatização de jornais diários que, ao regressarem ao setor privado, conduziram a investimentos em tecnologias, que foram acompanhados do aumento das redações em termos de efetivos e até de um rejuvenescimento dos corpos redatoriais de vários órgãos de comunicação. Por outro lado, o início da década de 1990 corresponde também à abertura do setor televisivo a privados, «o que provoca um aumento substancial na procura de jornalistas, não só para os dois canais privados que entretanto se constituíram¹¹, mas também para a própria empresa pública que, na perspetiva de concorrência, também aumentou os seus efetivos». Portanto, em meados da década de 1990, a procura de trabalho nesta área é volumosa e cresce consideravelmente. Por outro lado, as universidades privadas, também procuram investimentos que não impliquem grandes despesas e que gerem receitas garantidas. Por isso investem nos cursos que têm grande visibilidade social, cursos reconhecidos pelo prestígio junto dos mais jovens, como sejam Direito, Relações Internacionais (Portugal começa a ser aceite nos organismos internacionais, por isso esta profissão acaba por ser muito sedutora para os jovens) e Jornalismo, ou Comunicação Social, ou Ciências da Comunicação.

10 Recibo verde – sistema de pagamento de prestação de serviços a trabalhadores ocasionais, sem vínculo formal às empresas.

11 Canais privados de TV em Portugal: SIC, que começou a emitir a 7 de outubro de 1992, e a TVI, que começou as emissões a 20 de fevereiro de 1993.

Por estas razões, acaba por haver «uma espécie de confluência entre o aumento substancial da procura de jornalistas e uma necessidade dessas universidades, às quais se vieram depois a juntar os institutos politécnicos, de criar licenciaturas que tivessem públicos garantidos», constata José Rebelo, para quem esta lógica durou aproximadamente 10 anos, o que significa uma década próspera sem equivalente nas décadas seguintes (que caminharam progressivamente para uma inversão acentuada nos processos de absorção de novos profissionais de jornalismo, por parte do setor dos média).

A expansão da economia dos média e as profundas transformações tecnológicas operadas nas comunicações em geral (com a vulgarização da Internet e da produção de conteúdos digitais) exigiram um acompanhamento por parte das universidades ao nível da oferta formativa, o que passou pela diversificação da oferta ao nível da graduação e pela extensão da formação por programas de pós-graduação. Com estruturas e produções cada vez mais complexas, os conteúdos mediáticos começaram a reclamar também progressivamente maior reflexão e, por conseguinte, a criar expectativas relativamente às respostas e problematizações do trabalho científico.

É lançado, neste contexto, em 1983, o primeiro Mestrado em Ciências da Comunicação, na Universidade Nova de Lisboa, que funda, no mesmo ano, o primeiro centro de investigação nesta área em Portugal, o Centro de Estudos de Comunicação e Linguagens (CECL). Dois anos mais tarde, este centro lança o primeiro número da Revista de Comunicação e Linguagens¹², uma publicação decisiva para a definição da área, na medida em que assim se deu o mote para a congregação de investigadores

¹² De acordo com António Fidalgo, que faz, num texto de 1998, um retrato breve das Ciências da Comunicação na Alemanha, a primeira revista científica germânica nesta área foi criada em 1948, por iniciativa do Hans Bredow Institut (Universidade de Hamburgo). Tratava-se de uma publicação sobre rádio e televisão.

diversos em torno do projeto das Ciências da Comunicação. Na realidade, na década de 1980, não havia ainda produção própria de Ciências da Comunicação em Portugal, razão pela qual a Revista de Comunicação e Linguagens¹³ é hoje reconhecida, de certa maneira, como um repositório de debates sobre a importância dos média na sociedade contemporânea, contribuindo de um modo decisivo para a criação de uma linha de investigação no país nesse domínio científico.

A falta de pessoas originárias desta área proporcionou no início a reunião de um conjunto de investigadores provenientes de áreas diversas, estimulados por interesses de investigação muito variados: José Paquete de Oliveira (Sociologia da Comunicação), Adriano Duarte Rodrigues (Sociologia da Cultura), Aníbal Alves (Análise do Discurso), Emídio Rosa Oliveira (Estética), Manuel Lopes da Silva (fazendo a conexão entre a tecnologia e a comunicação). Entretanto, uma segunda geração veio dar um novo impulso aos estudos da Comunicação: José Bragança de Miranda (estabelecendo pontes entre a teoria da cultura, a teoria política, a teoria das redes e a cibercultura), José Augusto Mourão (considerado por muitos o pai da Semiótica Textual e da Semiótica da Cultura em Portugal), António Fidalgo (Filosofia da Comunicação), Eduardo Prado Coelho (teorias da modernidade e da pós-modernidade), Tito Cardoso e Cunha (Retórica e Argumentação), João Mário Grilo e Paulo Filipe Monteiro (com estudos sobre cinema), Nelson Traquina e José Rebelo (estudos sobre jornalismo), Manuel Pinto (estudos sobre jornalismo e educação para os média), Francisco Rui Cádima (centrado nos

13 Num texto sobre o «meio século de investigação sociológica em Portugal» (2009), Fernando Machado identifica-a, de um modo impreciso, como uma revista de ciências sociais e classifica-a como uma revista pluridisciplinar temática. Ao contrário da revista *Trajectos – Comunicação, Cultura e Educação*, que aparece no Iscte pela iniciativa de sociólogos, a *Revista de Comunicação e Linguagens* foi lançada pelo Centro de Estudos de Comunicação e Linguagens, um centro desde o início de Ciências da Comunicação.

estudos de televisão), João Pissara Esteves (no campo específico da Sociologia da Comunicação e do espaço público), Maria Augusta Babo (vinculada ao estudo dos discursos e das linguagens, assim como à semiótica do corpo), Maria Teresa Cruz (Semiótica e cultura visual). Quase todos estes docentes e investigadores, a páginas tantas do seu percurso académico e intelectual, que era, de um modo geral, um percurso de ciência social indefinida, fizeram uma viragem para uma reflexão sobre a importância da comunicação nas sociedades contemporâneas.

Durante a segunda metade dos anos 1980 e quase toda a década de 1990, os estudos de comunicação vão-se expandindo a outras universidades do país, onde começam a formar-se progressivamente núcleos de professores e investigadores neste domínio. Não obstante o pioneirismo das instituições universitárias de Lisboa, a Comunicação generaliza-se gradualmente pela academia portuguesa, onde se vão constituindo grupos especializados em áreas como o jornalismo, os estudos fílmicos, a comunicação organizacional, os estudos televisivos, comunicação multimédia, os *cultural studies*.

No final do século, é com grande parte deste grupo de professores, entretanto reunidos em várias universidades que se funda, em 1998, a Sopcom – Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação e logo depois a Lusocom – Federação das Associações Lusófonas de Ciências da Comunicação. De acordo com José Rebelo, «a Sopcom apareceu como uma expressão desta explosão a que se assistiu a partir de meados da década de 80 nas Ciências da Comunicação». Com o início do movimento associativo, estão também reunidas as condições para a realização regular de congressos, eventos que se constituem como momentos privilegiados de encontro propício ao estabelecimento de relações e redes de trabalho, assim promovendo também o conhecimento recíproco do trabalho feito nas diferentes universidades do país.

Para José Paquete de Oliveira, Professor Jubilado do Iscte-IUL, o surgimento de uma associação científica veio dinamizar, ou ser ela própria subsidiária, de uma génese agregadora. Hoje, a Sopcom reúne «gente de todas as universidades e de todos os institutos politécnicos». José Rebelo, por sua vez, completa esta ideia, considerando que «a Sopcom não aparece como algo enxertado», acabando «por ser a expressão absolutamente inevitável de uma área científica que está num crescimento acelerado». Diz este professor do Iscte que «talvez até tenha adquirido no seu início uma dimensão demasiado grande. Isto é, talvez não tenha havido tempo de maturação dentro da própria associação. De repente, a Sopcom passa a congregar um volume considerável de membros que chegam à associação no seguimento natural do investimento que fazem nas Ciências da Comunicação e só depois se trata de encontrar formas organizativas».

Com o reconhecimento da área finalmente alcançado, o país começa a registar também as primeiras teses de Doutoramento em Ciências da Comunicação. Embora antes de 1990 outras teses pudessem ter versado sobre matérias afins à Comunicação, a verdade é que, por ausência de uma área específica neste domínio, se inscreviam em áreas de conhecimento próximas como a Sociologia. Fernando Luís Machado (2009) identifica a comunicação e os média como um dos novos domínios clássicos da Sociologia, área onde antes da autonomização das Ciências da Comunicação se inscreviam alguns dos trabalhos que tinham a comunicação e o jornalismo como objeto. É nesta medida que o autor identifica como primeiro trabalho publicado neste «novo domínio clássico» da Sociologia o texto de José Manuel Leite Viegas, sobre «Telenovelas: do modelo de produção à diversidade de conhecimento», um trabalho publicado, com efeito, na revista Sociologia, Problemas e Práticas, em 1987. Também a primeira tese de doutoramento sobre matérias de comunicação é inscrita em Sociologia. Trata-se da tese de José Paquete de Oliveira, sobre

«Formas de ‘censura oculta’ na imprensa escrita em Portugal no pós-25 de abril (1974-1987)», defendida em 1988, no Iscte. Mas mesmo depois da formalização da área da Comunicação, talvez até ainda atualmente, são conhecidos inúmeros casos de teses nitidamente do domínio das Ciências da Comunicação que, por razões de um modo geral institucionais, são registadas noutros domínios, como referiremos mais adiante.

A viragem do milénio e o crescimento da investigação

A viragem dos anos 1990 para o novo milénio é desde logo marcada pela criação da área das Ciências da Comunicação na Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT)¹⁴. Concomitante a este reconhecimento é o progressivo aumento do número de bolsas atribuídas para formação de recursos humanos, nomeadamente para a preparação de Doutoramento. E paralelamente a esta nova dinâmica que faz crescer o número de pessoas ligadas à investigação, com projetos individuais de Mestrado e de Doutoramento, a FCT passa a financiar também projetos coletivos, que vão criar novas dinâmicas de investigação.

Por outro lado, em 2003, a partir da avaliação que a FCT faz dos núcleos de investigação de comunicação existentes, criam-se novos centros de investigação, como é o caso do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS), da Universidade do Minho, e o LabCom – Laboratório de Comunicação da Universidade da Beira Interior. De acordo com António Fidalgo,

14 A Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) iniciou atividades em Agosto de 1997 sucedendo à Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica (Jnict). De acordo com o *site* deste organismo público, a missão da FCT é «promover continuamente o avanço do conhecimento científico e tecnológico em Portugal, explorando oportunidades que se revelem em todos os domínios científicos e tecnológicos de atingir os mais elevados padrões internacionais de criação de conhecimento, e estimular a sua difusão e contribuição para a melhoria da educação, da saúde e do ambiente, para a qualidade de vida e o bem-estar do público em geral» (<http://alfa.fct.mctes.pt/fct/#missao>).

Professor da Universidade da Beira Interior, a partir dos anos 2000, três universidades se afirmam em Ciências da Comunicação, designadamente a Universidade Nova de Lisboa, a Universidade da Beira Interior e a Universidade do Minho, tendo-se desenhado «este triângulo comunicacional em Portugal¹⁵: Lisboa, Covilhã e Braga».

Entretanto, vem a ser na sequência da implementação de uma nova política científica geral, empreendida, durante os governos socialistas, pelo então ministro da Ciência e da Tecnologia, Mariano Gago, que se consolidam os principais movimentos gerados durante os anos 1980 e 1990. Com um investimento global que ronda os 15 milhões de euros, se somadas as verbas atribuídas no âmbito de bolsas de doutoramento e de pós-doutoramento e no âmbito dos projetos de investigação, a Fundação para a Ciência e a Tecnologia constituiu, nos últimos 15 anos, um organismo fundamental de apoio e fomento da investigação científica em Portugal, muito concorrendo para a posição de destaque que a comunidade científica portuguesa granjeou no contexto da comunidade internacional.

Em matéria de oferta formativa, não se poderá, por outro lado, ignorar o impacto da transformação progressiva de mentalidades, por força da discussão e aprovação da Declaração de Bolonha, que viria a transfigurar por completo o desenho do ensino superior. Ora, para além da atualização dos planos de estudos, este processo motivou a criação de várias dezenas de cursos de Mestrado em Ciências da Comunicação ou áreas afins e reformou o regime tutorial em que funcionava o Doutoramento que, a partir de 2007/2008, passa a inscrever-se num terceiro ciclo de estudos, em quase todos os casos com um plano de estudos que contempla, para além do regime tutorial,

15 Explica António Fidalgo que «a designação de triângulo surge num estudo de Mário Mesquita para a União Europeia sobre o estado do ensino do jornalismo em Portugal. Ele fala desse triângulo, aliás um triângulo semiótico, porque a matriz que está na base desses cursos, ou melhor os criadores ou mentores dos três cursos têm livros de semiótica. São três escolas que marcam», reconhece o professor.

um curso doutoral prévio ao período de preparação da dissertação. José Paquete de Oliveira reconhece que «a carreira académica se tornou mais exigente, mas é sobretudo com o projeto de Bolonha que se multiplicam os mestrados e doutoramentos». Diz este professor que «as universidades tinham bem a noção de que era necessário haver mais doutoramentos nesta área. As universidades tinham bem a noção de que nesta área a maior parte dos doutorados vinha de outras áreas».

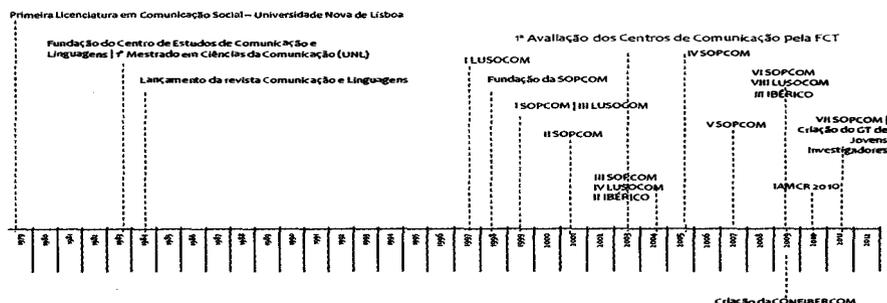
Dado o caráter profissionalizante ou de especialização de muitos dos mestrados atualmente oferecidos pelas universidades e a própria lógica de continuidade dos estudos de um primeiro para um segundo ciclo, é hoje sobretudo no âmbito dos cursos de doutoramento que encontramos estudantes sensibilizados para a investigação. Pode inclusive admitir-se que se deslocaram para os doutoramentos muitas das candidaturas que antes se inscreviam ao nível do mestrado. São estes estudantes que hoje participam em grande número nos principais congressos nacionais e também em muitos encontros científicos internacionais. Deve, com efeito, reconhecer-se que a dinâmica da área das Ciências da Comunicação é também muito devedora da ligação de vários investigadores nacionais a associações internacionais (alguns mesmo com responsabilidades na direção/ coordenação de grupos de trabalho), como sejam a lamcr, a Ecrea, a ICA, a Lusocom, e mais recentemente a Confibercom.

São, na realidade, particularmente intensos os marcos da atividade a partir do final dos anos 1990, estando hoje a área das Ciências da Comunicação talvez no ponto mais alto da sua expressão. Com vários projetos de investigação em curso, com o número de doutorandos mais elevado de sempre e com dinâmicas de cooperação internacional que dão conta de uma energia sem precedentes, a comunidade científica que se ocupa da comunicação em Portugal está, finalmente, a atingir um grau de maturidade que a coloca ao nível competitivo de outras comunidades internacionais.

No início de 2011, foi criado no seio da Sopcom um grupo de trabalho vocacionado para acolher os Jovens Investigadores do país. Semelhante à lógica de outras organizações que têm secções específicas de Young Scholars, o funcionamento deste grupo de trabalho tem revelado a grande motivação e empenho com que os jovens que se iniciam na investigação se organizam para promover iniciativas e fortalecer o debate sobre os desafios da pesquisa em Ciências da Comunicação. Com esta pretensão foram já organizados dois encontros de formação e debate, uma Escola de Verão para doutorandos – uma aposta, aliás, também já assumida por algumas universidades – e foi recentemente lançado o primeiro número de uma revista científica online, a Revista Comunicando, que pretende ser uma publicação especialmente vocacionada para a divulgação da produção científica de investigadores em início de carreira.

Com práticas particularmente voltadas para a integração de doutorandos, este grupo de trabalho tem desempenhado um papel muito relevante na congregação de pessoas que, dada a sua dispersão geográfica pelo país, desconheciam inclusive os trabalhos desenvolvidos por pares. Reunindo os investigadores jovens de Ciências da Comunicação, este grupo tem ajudado a identificar novos núcleos de investigadores associados aos recentes cursos de doutoramento das diferentes universidades que em Portugal atribuem o grau. E ao promover iniciativas e jornadas de reflexão, o GT de Jovens Investigadores da Sopcom tem contribuído para contrariar o princípio segundo o qual o trabalho de preparação de um doutoramento seria um trabalho de isolamento. A criação de redes de contactos, a partilha de recursos e o intercâmbio de experiências são, na verdade, ações que têm resgatado os investigadores em formação para o convívio e a articulação de forças com os corpos efetivos que sustentam os centros de investigação do país.

Ilustração 1 – Pontos marcantes no percurso das Ciências da Comunicação em Portugal



Doutoramento e pós-doutoramento em ciências da comunicação

Quantos são os doutores em comunicação em Portugal e como se distribuem pelas universidades do país?

Sendo praticamente impossível responder com exatidão a esta questão, estima-se que os doutores em Comunicação em Portugal sejam já quase duas centenas. Oficialmente, os dados a que tivemos acesso¹⁶ apontam para 148 teses defendidas nesta área de conhecimento, desde 1990 até março de 2012. No entanto, dois fatores em particular concorrem para a perceção de que o número de investigadores doutorados em Ciências da Comunicação é, por certo, superior a 150.

Por um lado, o reconhecimento da incompletude dos dados aqui reunidos. Com efeito, apesar do contacto com vários organismos públicos e com as próprias universidades, o facto de não existir uma base de dados oficial sobre esta matéria reveste este trabalho de

¹⁶ O trabalho realizado para este estudo teve o apoio de um bolseiro, que durante dois meses se ocupou particularmente da recolha dos dados junto dos organismos públicos e das próprias universidades, bem como a realização das entrevistas exploratórias que suportam algumas das afirmações enunciadas neste texto.

alguma fragilidade, que nem mesmo o esforço empreendido junto dos diretores de cursos de terceiro ciclo pôde superar.

Por outro, a constatação de que, antes de 1990, todos os doutoramentos realizados sobre matérias de Comunicação se inscreviam noutras áreas do conhecimento, dado que, como já referimos, enquanto área autónoma, a Comunicação é reconhecida apenas a partir da última década do século XX. Acresce a este facto, a circunstância de, quer antes quer depois de 1990, muitos doutoramentos se inscreverem, por razões muitas vezes institucionais, noutras áreas do conhecimento, como a Sociologia, a Psicologia, as Ciências Literárias, a Educação e a Filosofia, uma situação que lança alguma sombra sobre uma parte considerável da produção de teses de doutoramento sobre fenómenos de comunicação.

Apesar desta reserva, reportamo-nos, para efeitos estatísticos neste artigo, apenas às 148 teses identificadas até março de 2012, cuja distribuição por anos permite identificar em 2007-2008 um pico de trabalhos concluídos (Gráfico 1)¹⁷.

Gráfico 1 – Número de teses de doutoramento em Comunicação defendidas entre 1990 e março de 2012



17 A partir desta data, a curva descendente pode estar influenciada pela incompletude dos dados recolhidos.

No que concerne à distribuição das teses pelas universidades portuguesas, é flagrante a centralidade das instituições sediadas em Lisboa. Como tivemos oportunidade de relatar na secção anterior, o pioneirismo da Universidade Nova de Lisboa marcou o lançamento da área, sendo por isso natural que muitos dos doutorados¹⁸ em Portugal – mais de um terço – se tenham formado em universidades da capital.

Quadro 2 - Número total de teses recolhidas, por instituição, desde 1990

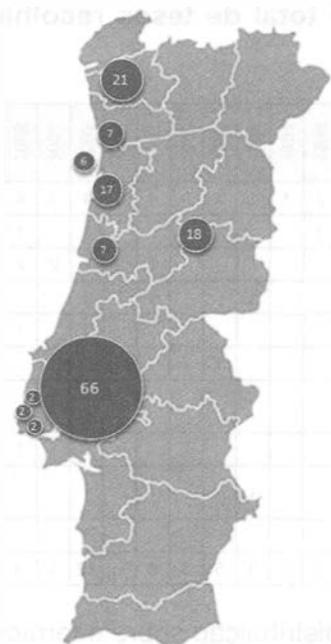
	1990	1991	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Total Geral	
UNL	1	1	2	2	2	2	1	1	3	3	4	6	4	3	4	3	7	10	7					66
U. Minho						1		1					3		1		3	1	1	1	4	5		21
UBI										1	3	2	2	2	1	2	1	1	1	2	1			18
U. Aveiro								1		1	2	1			3	6	2	1						17
U. Coimbra													1	1			1	1		2	1			7
U. Porto								1								2		2	1	1				7
U. Porto / U. Aveiro																				1	3	2		6
UCP															1		1							2
U. Técnica de Lisboa								1										1						2
U. Aberta													1					1						2
Total Geral	1	1	2	2	2	3	1	3	5	3	6	11	12	5	9	9	20	19	11	7	9	7		148

A visualização desta distribuição sobre o território nacional (Ilustração 2) demonstra ainda a assimetria geográfica da defesa destas teses nas diferentes universidades do país, tornando igualmente evidente o triângulo comunicacional a que se refere António Fidalgo. Para além da concentração no litoral, com exceção da Universidade da Beira Interior, na cidade da Covilhã – Beira Baixa, estes dados

¹⁸ Referimo-nos a doutorados em Portugal, e não a doutorados portugueses, uma vez que a listagem identificada das teses defendidas em Portugal inclui também investigadores estrangeiros, nomeadamente brasileiros não residentes em Portugal, e exclui todos os doutoramentos realizados por investigadores portugueses no estrangeiro.

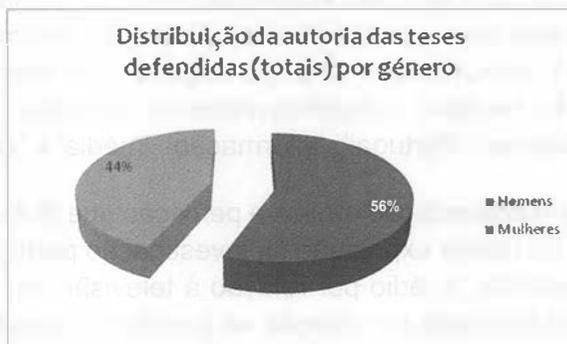
permitem ainda confirmar a total inexpressão das universidades dos arquipélagos da Madeira e dos Açores e, ao contrário do eventualmente esperado, a ainda pouco expressiva afirmação da Universidade do Porto neste domínio.

Ilustração 2 - Localização das teses de doutoramento defendidas



Paralelamente a esta distribuição desigual pelas universidades do país, o que tem muito a ver com a história das instituições e da sua atuação no domínio das Ciências da Comunicação, pode dizer-se, igualmente, que a distribuição da autoria das teses de Doutoramento por género sofreu alterações ao longo dos anos. Se, nos primeiros anos, as teses eram maioritariamente defendidas por homens, a partir de 2003 a tendência foi a de um certo equilíbrio. Ainda assim, 56% das 148 teses defendidas foram redigidas por investigadores do sexo masculino (Gráfico 2).

Gráfico 2 – Distribuição da autoria das teses defendidas (totais) por género



Embora seja necessário fazer uma análise mais detalhada sobre as matérias efetivamente trabalhadas em tese de Doutoramento, uma leitura exploratória, a partir dos títulos, permite identificar alguns indicadores úteis para a compreensão dos interesses científicos dos investigadores. Utilizando a ferramenta Wordle (disponível em www.wordle.net), foram rastreados todos os títulos de teses de doutoramento já defendidas, cuja relevância (definida pela frequência da ocorrência das palavras que compõem os títulos) permite a seguinte representação gráfica:

Ilustração 3 – Nuvem de palavras construída a partir dos títulos das teses defendidas (recurso à ferramenta wordle)



Ainda que dê conta da realidade em termos meramente indicativos, o método empregue por esta ferramenta permite identificar um conjunto de palavras que dará algumas indicações sobre as 'zonas temáticas' percorridas pelas teses produzidas em Portugal. Assim, verifica-se que a palavra 'comunicação' é a que regista uma ocorrência mais frequente. São também consideravelmente salientes as palavras 'imprensa', 'cinema', 'Portugal', 'informação', 'mídia' e 'serviços'.

Confirma esta representação gráfica a percepção que tínhamos de que haverá áreas de menor expressão na investigação portuguesa, como sejam, por exemplo, a rádio por relação à televisão, ou as relações públicas e a publicidade por relação ao jornalismo, sendo, por outro lado, surpreendente a quantidade de teses que remetem, em título, para o universo do cinema.

Em linha com esta análise, pode ainda dizer-se que haverá um evidente enfoque da investigação na realidade portuguesa em geral, mas também sobre situações concretas, de uma zona ou região. Além disso, os estudos comparativos, nomeadamente entre a realidade de Portugal e do Brasil, aparecem com frequência. Este aspeto é ainda mais notório nos programas de pós-doutoramento: em 45 projetos, uma dúzia propõe-se realizar estudos comparativos, sobressaindo mais uma vez a proximidade entre Portugal e Brasil (mas há também paralelismos entre Portugal e Macau, bem como entre Portugal e Índia).

Que investimento público foi/é feito na formação de recursos humanos em matéria de doutoramento e pós-doutoramento?

Embora no passado a realização de mestrados tenha sido também objeto de apoios financeiros, hoje em dia a concessão de bolsas de pós-graduação é um exclusivo dos projetos de doutoramento e de pós-doutoramento¹⁹. Também este dado confirma, de algum

¹⁹ Refira-se, porém, que as universidades estenderam aos estudantes de segundo ciclo a atribuição de bolsas de apoio à subsistência, no âmbito da atuação dos

modo, o entendimento geral de que a investigação é, na atualidade, desenvolvida primordialmente ao nível deste ciclo de estudos e já não ao nível dos mestrados, cujos planos de estudos e elevada frequência denotam uma natureza hoje muito mais complementar da formação de graduação, que se resume agora a apenas três anos de estudos.

A principal entidade de financiamento ao nível da atribuição de bolsas de formação de recursos humanos é a Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), tutelada pelo Ministério da Educação e da Ciência. Sendo o principal organismo oficial de suporte à investigação em Portugal, a FCT detém a capacidade, quase em regime de exclusividade, de apoio à realização de doutoramentos e pós-doutoramentos. As bolsas têm caráter individual e destinam-se a financiar todo o período de preparação da dissertação de doutoramento, até um máximo de quatro anos. Para a sua atribuição, a FCT abre anualmente um concurso, a que podem candidatar-se agora apenas cidadãos portugueses, ou então estrangeiros com autorização de residência permanente em Portugal. O concurso decorre habitualmente entre o início de maio e o final de junho. Estas bolsas são fundamentalmente atribuídas para doutoramentos feitos em Universidades. Há, no entanto, também a possibilidade de financiar doutoramentos em empresas. Para além das bolsas de doutoramento, que se destinam, segundo a FCT, «a mestres ou licenciados que pretendam obter o grau de Doutor por universidades portuguesas ou estrangeiras» e a «licenciados inscritos no primeiro ano de Programas Doutorais em Portugal ou no estrangeiro», a Fundação abre também concurso para atribuição de bolsas de pós-doutoramento, destinadas a «doutorados, de preferência há menos de cinco anos, para a realização de trabalhos de investigação

respetivos serviços de ação social. Ao contrário das bolsas atribuídas pela FCT, estes apoios são atribuídos em função da situação económica e financeira dos estudantes e das suas famílias, nada tendo que ver, portanto, com o mérito dos projetos de investigação, eventualmente adjacentes à frequência destes cursos de mestrado.

em universidades ou instituições científicas portuguesas ou estrangeiras».

Os montantes mensalmente atribuídos aos bolseiros são fixos, regulando-se pela seguinte tabela de valores:

Quadro 3 – Tabela dos valores mensais das bolsas atribuídas pela FCT

Tipo de Bolsa	Valor da Bolsa – Projetos em Universidades nacionais	Valor da Bolsa – Projetos em Universidades estrangeiras
Bolsas de Pós-Doutoramento (BPD)	1495 €	2245 €
Bolsas de Doutoramento (BD)	980 €	1710 €

A esta tabela base acresce ainda um conjunto de apoios específicos, a ações pontuais, como deslocações ao estrangeiro para participação em encontros científicos internacionais e estágios de curta duração em universidades estrangeiras.

De acordo com dados fornecidos pela FCT, a evolução do investimento público nesta área é francamente significativa, tendo a última década registado um aumento considerável do número de bolsas atribuídas, quer globalmente quer no domínio das Ciências da Comunicação em particular. Entre 1996 e 2000, a FCT atribuiu 54 bolsas para doutoramento em Ciências da Comunicação contra as 3482 bolsas concedidas no mesmo período, no conjunto de todas as áreas científicas, o que representa apenas 1,55% do investimento total da Fundação neste domínio. Se nos fixarmos nos últimos 11 anos mais em detalhe, repararemos que, depois de em 2008 se ter atingido um pico de 37 bolsas concedidas num ano, a tendência parece decrescente a partir daí, tendo no último ano decrescido significativamente o número de bolsas atribuídas (Quadro 4).

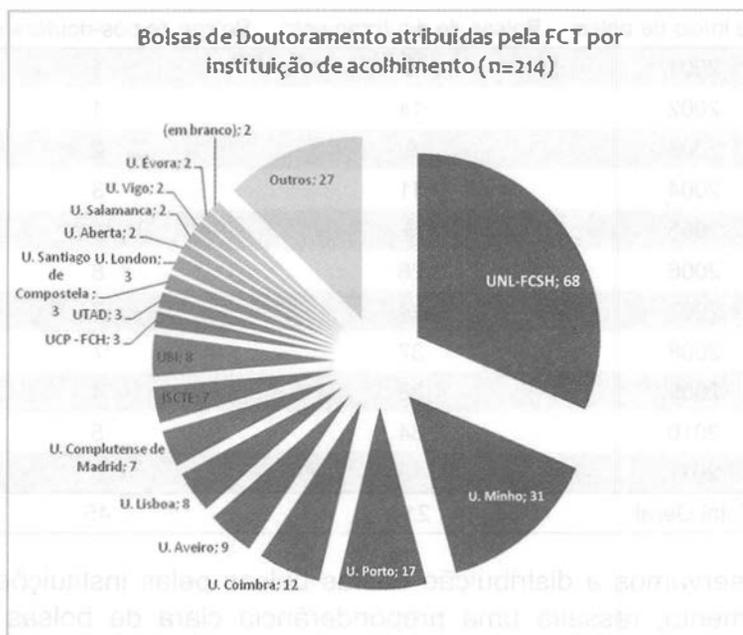
Quadro 4 – Bolsas de doutoramento e de pós-doutoramento atribuídas por ano entre 2001 e 2011

Ano de início de bolsa	Bolsas de doutoramento	Bolsas de pós-doutoramento
2001	2	1
2002	14	1
2003	9	2
2004	11	3
2005	6	3
2006	26	6
2007	24	7
2008	37	7
2009	33	4
2010	34	5
2011	18	6
Total Geral	214	45

Ao observarmos a distribuição destas bolsas pelas instituições de acolhimento, ressalta uma preponderância clara de bolsas pela Universidade Nova de Lisboa, que reúne um total de 68 bolseiros, sendo a segunda instituição de acolhimento a Universidade do Minho, com menos de metade dos bolseiros, no mesmo período (Gráfico 3). Embora estes dados identifiquem as bolsas atribuídas para obtenção do grau em universidades estrangeiras, não é, porém, esclarecida a natureza mista de algumas bolsas²⁰. Com efeito, apesar de a instituição portuguesa ser a responsável pela atribuição do grau, são já frequentes os estudantes que optam por realizar doutoramentos com orientação numa instituição de ensino estrangeira.

²⁰ A esta tipologia acresce ainda o de bolsas de doutoramento em empresas, bem como o de bolsas de doutoramento no âmbito de um programa específico de cooperação, estabelecido pela FCT, entre Portugal (Universidade Nova de Lisboa e Universidade do Porto) e os Estados Unidos (Universidade de Austin), sobre média digitais.

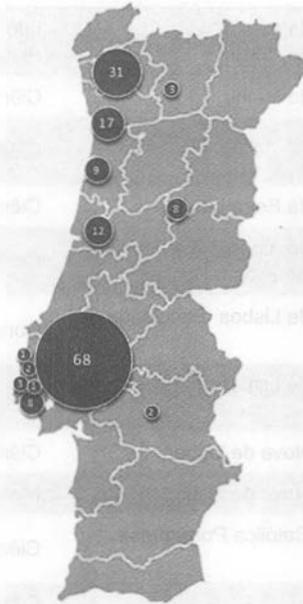
Gráfico 3 – Bolsas de doutoramento atribuídas pela FCT por instituição de acolhimento (n = 214)



Se optarmos por uma visualização que identifique a geografia destas instituições em território nacional (Ilustração 4), verificar-se-á que a região de Lisboa reúne, no conjunto das suas instituições de ensino superior, 83 bolsas de doutoramento, por relação a 82 no resto do país (das 214 bolsas de doutoramento identificadas no quadro 5, 165 correspondem a bolsas nacionais e mistas, sendo 49 relativas a doutoramentos realizados no estrangeiro).

Estes dados dão conta do conjunto de teses financiadas nos últimos 11 anos, mas não traduzem a totalidade dos inscritos neste grau de ensino. De acordo com a Direção Geral do Ensino Superior, no ano letivo 2011/2012, estavam inscritos nos cursos de doutoramento em comunicação em Portugal 407 estudantes.

Ilustração 4 – Localização das bolsas de doutoramento nacionais e mistas



Como se caracterizam os cursos de doutoramento em ciências da comunicação no quadro da Declaração de Bolonha?

Como dissemos anteriormente, se, no passado, os doutoramentos eram desenvolvidos num regime exclusivamente tutorial, hoje, na maior parte dos casos, inscrevem-se em cursos de terceiro ciclo que concretizam a reforma implementada pela Declaração de Bolonha. Quer isto dizer que as instituições que hoje conferem o grau têm cursos aprovados pela Agência de Acreditação e Avaliação do Ensino Superior (A3ES). No panorama nacional, são os seguintes os cursos atualmente em vigor com o aval desta agência (Quadro 5):

Quadro 5- Listagem de cursos de doutoramento com atribuição do grau em ciências da comunicação

Cidade	Instituição	Curso
Aveiro/ Porto	Universidade de Aveiro/ Universidade do Porto	Informação e Comunicação em Plataformas Digitais
Braga	Universidade do Minho	Ciências da Comunicação
Coimbra	Universidade de Coimbra -Faculdade de Letras	Ciências da Comunicação
Covilhã	Universidade da Beira Interior	Ciências da Comunicação
Faro	Universidade do Algarve -Faculdade de Ciências Humanas e Sociais	Comunicação, Cultura e Artes1
Lisboa	Universidade de Lisboa Faculdade de Letras	Comunicação e Cultura2
Lisboa	Universidade de Lisboa Faculdade de Letras	Voz, Linguagem e Comunicação
Lisboa	Universidade Nova de Lisboa FCSH	Ciências da Comunicação
Lisboa	Universidade Nova de Lisboa FCSH	Media Digitais
Lisboa	Universidade Católica Portuguesa FCH	Ciências da Comunicação
Lisboa	Isensp	Ciências da Comunicação
Lisboa	Iscte	Ciências da Comunicação
Lisboa	Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias	Ciências da Comunicação

São, portanto, 13 os cursos que atualmente em Portugal atribuem o grau de doutor em Ciências da Comunicação – 11 do ensino público, um do ensino privado (Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias) e um do ensino concordatário (Universidade Católica Portuguesa). Alguns incluem também outras áreas de conhecimento, mas as teses que entretanto se defenderem em Portugal terão o enquadramento destes cursos. Apesar de uma estrutura relativamente semelhante, há, no entanto, especificidades que distinguem estes planos de estudos.

Tendo uma estrutura mais ou menos similar, todos estes planos de estudos assentam na lógica de um primeiro ano curricular e dois anos votados à preparação da tese. Não obstante as diferentes designações, em todos os cursos há pelo menos uma unidade curricular relativa a metodologias de investigação e outra vocacionada para a preparação do projeto de dissertação. O menu restante é variável, estando muito vinculado à natureza de cada escola e/ou centro de investigação associado. Na Universidade do Minho, por exemplo, as duas principais unidades curriculares do Doutoramento em Ciências da Comunicação exprimem no essencial as duas linhas de investigação do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade. Já o curso de Doutoramento em Ciências da Comunicação da Universidade Nova de Lisboa opta por um programa mais amplo, que contempla, para além das disciplinas de metodologia, uma unidade curricular de temas aprofundados em Ciências da Comunicação, o que exprimirá o carácter dilatado do plano de estudos. A mesma solução foi adotada pela Universidade da Beira Interior, numa estratégia bem distinta do curso Voz, Linguagem e Comunicação, da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, cujo programa prevê a frequência de unidades curriculares de linguística, neurologia e psicologia.

A maior parte dos planos de estudos de terceiro ciclo soma um total de 180 ECTS, 60 dos quais correspondem, habitualmente, ao conjunto das unidades curriculares do primeiro ano. A partir do segundo ano, e uma vez aprovado o projeto de investigação, os estudantes prosseguem os trabalhos em regime tutorial até ao momento de entrega da dissertação para discussão em provas públicas²¹.

Uma diferença muito significativa entre os cursos aqui apresentados situa-se ao nível dos custos associados ao pagamento de propinas. Na verdade, os valores são relativamente díspares de universidade para universidade, oscilando entre 1.500,00 € e 2.750,00 € anuais.

²¹ Nas universidades portuguesas estas provas decorrem diante de um júri que integra, entre outros membros, dois professores exteriores à instituição que confere o grau.

Fixados pelos órgãos de gestão de cada universidade, estes valores retratam, de algum modo, a liberdade de cada escola para ajustar o preço da sua oferta formativa. Não é, no entanto, possível por ora estabelecer a relação entre esta disparidade de preços e a procura das instituições pelos estudantes, embora se possa admitir que o estabelecimento de propinas de valor inferior à média nacional se justifique como estratégia de captação de candidatos.

Que impacto parece decorrer da inscrição do doutoramento no âmbito da Declaração de Bolonha?

Na sequência de considerações já enunciadas (Martins & Oliveira, 2012), pode admitir-se como um dos efeitos da reorganização do grau de doutor no âmbito da Declaração de Bolonha o aumento do número de doutorandos, ao fim de pelo menos três anos de funcionamento deste nível de ensino. Com efeito, para além de fixarem datas específicas de admissão, estes cursos passaram a funcionar numa lógica prévia de turma coletiva, o que contribuirá para uma maior motivação no lançamento de um empreendimento de longo prazo, como é o processo de elaboração de uma tese.

A admissão à preparação de provas de doutoramento fazia-se, antes, em qualquer altura do ano letivo (algumas universidades mantêm esta opção no âmbito dos planos tutoriais alternativos ao curso doutoral). Como não havia aulas de carácter coletivo, os doutorandos podiam iniciar os seus percursos sem compromissos letivos, num processo que se desenrolava exclusivamente na relação doutorando – orientador. Com a fixação destes planos de estudos, o doutoramento passou a acompanhar a lógica dos semestres letivos, organizando-se paralelamente a outras atividades curriculares. Ora, com este modo de funcionamento, os cursos criaram rotinas de encontro e de interação, que antes não existiam, daí decorrendo a instituição de dinâmicas científicas mais estimulantes.

Por outro lado, como assinalámos atrás, a generalização dos mestrados teve um efeito prolongado no grau académico seguinte,

dado que existe hoje uma perspetiva de extensão do período de frequência da universidade, que não se colocava no passado, quando o fim de uma licenciatura representava um desejo imediato de acesso ao mercado de trabalho. Atualmente, também por condições que dizem respeito à conjuntura económico-financeira, os jovens começam a ver no doutoramento (especialmente se puderem dispor de uma bolsa) uma forma de adiar o confronto com a dificuldade de arranjar emprego. Além disso, o desenvolvimento crescente de projetos coletivos de investigação tem dado fundamento a ideia de que a ciência também pode constituir uma forma de empregabilidade. Será também essa a expectativa que presidirá à realização de pós-doutoramentos, que têm funcionado em regime de projeto individual, nem sempre com o melhor enquadramento institucional dentro das universidades.

O doutoramento no contexto do incremento generalizado da produção científica

O doutoramento e a lógica dos projetos coletivos de investigação

Para além do impulso gerado pela concessão de bolsas de doutoramento e de pós-doutoramento, o domínio científico das Ciências da Comunicação também foi fortemente estimulado pela atribuição de financiamento a projetos de investigação coletivos. Com uma regularidade inicial de dois em dois anos, e desde 2008 quase anualmente, a FCT abre concurso para apresentação de projetos de investigação científica e desenvolvimento tecnológico em todos os domínios científicos. Definindo-se pelo estabelecimento de um programa que trabalhe «questões científicas originais e relevantes», como se refere no edital dos concursos, «que contribuam de forma significativa para o avanço do conhecimento», estes projetos implicam a apresentação de uma equipa de investigadores, coordenada por um investigador principal (necessariamente doutorado).

Entre 2000 e 2011, a FCT aprovou 75 projetos de Ciências da Comunicação para financiamento, num montante total investido

de 4.282.134,17 euros. Este financiamento foi distribuído pelas instituições nacionais do seguinte modo (Quadro 6):

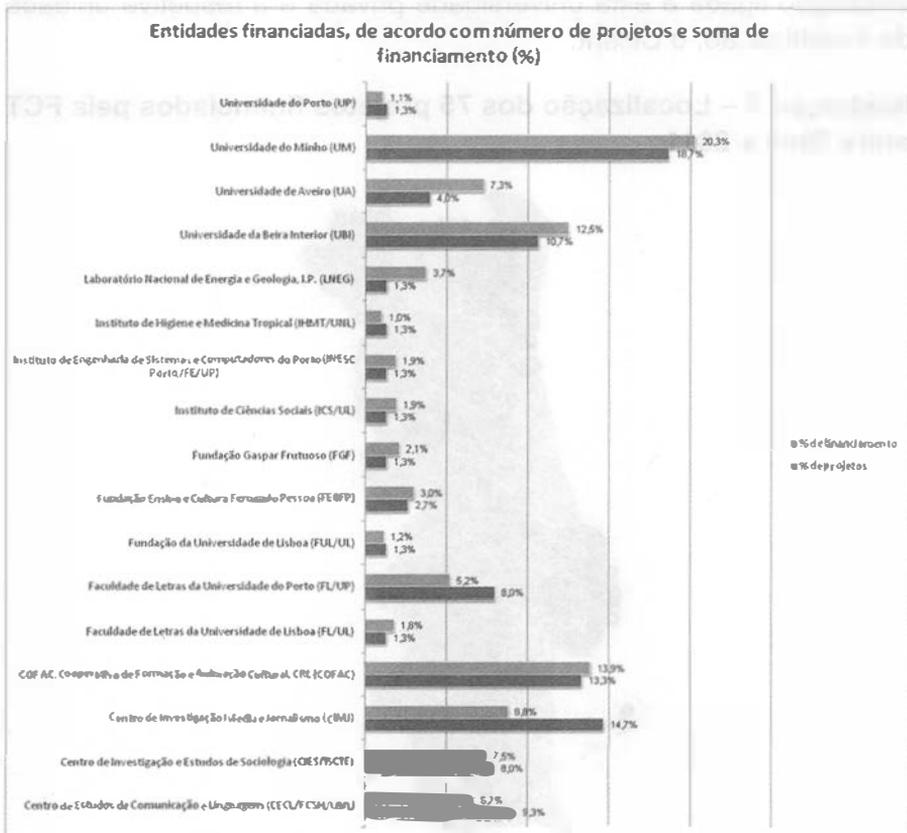
QUADRO 6 - Distribuição do financiamento a projetos de investigação por instituições

Entidades financiadas	Nº de projetos	Soma de financiamento concedido
Centro de Estudos de Comunicação e Linguagens (CECL/FCSH/UNL)	7	288.246
Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES/ISCTE)	6	321.302
Centro de Investigação Media e Jornalismo (CIMJ)	11	377.887
COFAC, Cooperativa de Formação e Animação Cultural, CRL (COFAC)	10	594.391
Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (FL/UL)	1	77.220
Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FL/UP)	6	223.786
Fundação da Universidade de Lisboa (FUL/UL)	1	49.740
Fundação Ensino e Cultura Fernando Pessoa (FECFP)	2	129.155
Fundação Gaspar Frutuoso (FGF)	1	90.000
Instituto de Ciências Sociais (ICS/ÚL)	1	82.535
Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores do Porto (INESC Porto/FE/UP)	1	80.816
Instituto de Higiene e Medicina Tropical (IHMT/UNL)	1	43.507
Laboratório Nacional de Energia e Geologia, I.P. (LNEG)	1	160.000
Universidade da Beira Interior (UBI)	8	535.543
Universidade de Aveiro (UA)	3	312.889
Universidade do Minho (UM)	14	869.716
Universidade do Porto (UP)	1	45.400
Total Geral	75	4.282.134,17 euros

Visualizando graficamente este investimento em termos relativos (Gráfico 4), verifica-se que há uma aproximação natural entre a percentagem de projetos aprovados e a percentagem de financiamento

atribuído a cada instituição. Excetuam-se desta regularidade o Centro de Investigação Media e Jornalismo, cujo financiamento, em termos relativos, é menor do que o número de projetos aprovados, situação idêntica à do Centro de Estudos de Comunicação e Linguagens e à da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Relação inversa é identificada na Universidade de Aveiro que, proporcionalmente, colheu mais financiamento do que projetos, registando-se uma diferença de 3,3 % entre os dois valores relativos.

Gráfico 4 – Entidades financiadas, de acordo com número de projetos e soma de financiamento (%)



Esta distribuição torna também evidente a liderança da Universidade do Minho na condução de projetos de investigação financiados pela FCT. Com 14 projetos aprovados no período entre 2000 e 2011 (9 dos quais atualmente em curso no Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, o único centro do país com a classificação de Excelente – avaliação de 2008), a Universidade do Minho é também a instituição que reúne a maior fatia do financiamento, com um quinto do total do investimento da FCT aí empregue. Depois da Universidade do Minho, é na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias de Lisboa que se centra a segunda maior fatia de financiamento. A Cofac – Cooperativa de Formação e Animação Cultural, CRL é a instituição ligada a esta universidade privada e à respetiva unidade de investigação, o Cicant.

Ilustração 5 – Localização dos 75 projetos financiados pela FCT entre 2000 e 2011



Com efeito, mais de 20 projetos estão centrados no jornalismo, com uma certa variedade de temas: jornalismo de saúde, informação e notícias, questões ambientais e memória são as dimensões abordadas em dois ou três projetos cada uma, destacando-se, no entanto, a ciência, que é objeto central em sete projetos de investigação. Depois do jornalismo, literacia-cidadania-participação é uma interseção temática presente em pelo menos seis projetos. Para além destas zonas temáticas, também o uso dos média, a lusofonia, a regulação, a arte e a semiótica visual definem a preocupação central em pelo menos uma investigação.

No que respeita a grupos específicos de públicos ou sujeitos das narrativas mediáticas, destacam-se projetos centrados nas questões de género (6), com enfoque na receção e na imagem do feminino, e também investigações que destacam as crianças, os adolescentes e jovens (5) como prioridade das suas preocupações. Nesta linha de identificação destacam-se de seguida os jornalistas como objeto de análise (4), sendo ainda possível identificar outros grupos como minorias étnicas (2), e ainda o público sénior (1).

Tal como se verificou nas teses de doutoramento, também nos projetos de investigação há meios que prevalecem claramente. A imprensa e a televisão, identificadas em sete investigações, apenas são ultrapassadas por uma dezena de projetos que abordam a Internet e/ou os novos média. Algumas dessas investigações centram-se, aliás, no estudo do impacto da convergência digital, por exemplo, na própria televisão. O cinema é novamente um tema relevante em quatro projetos e, de seguida, as revistas (tanto as revistas informativas como as revistas comumente designadas de 'cor-de-rosa'), que são o objeto de duas investigações. Outros meios também investigados são os postais ilustrados, a rádio e o livro eletrónico, correspondendo estes dois últimos a projetos aprovados num dos concursos mais recentes, o de 2011.

Num texto em que comparava, a dado passo, a investigação portuguesa em Ciências da Comunicação com a investigação

realizada na Alemanha, António Fidalgo (1998) dizia que «os trabalhos portugueses são sobretudo de cariz teórico-filosófico». A natureza temática destes projetos, desenvolvidos de então para cá, prova, porém, que a investigação portuguesa nesta área se realiza hoje também em planos de trabalho de grande componente empírica e com preocupações pragmáticas de utilidade para o campo de atuação dos média.

Sendo um estímulo à dinamização do trabalho em equipa, os projetos de investigação financiados, sobretudo pela FCT, mas também pontualmente por outras instituições como o Gabinete de Meios para a Comunicação Social, a Entidade Reguladora para a Comunicação Social ou a Fundação Calouste Gulbenkian (não considerados neste estudo), constituem o enquadramento de uma boa parte da produção científica atual. É, na verdade, no contexto destes projetos que se organizam atualmente algumas iniciativas científicas (encontros, seminários, congressos), bem como várias publicações, onde são revelados os dados analisados e os resultados dos estudos desenvolvidos.

Para além destas vantagens para o avanço do conhecimento e para a expressão pública da área das Ciências da Comunicação, estes projetos começam a funcionar também como alavancas para a realização de teses de doutoramento em domínios cada vez mais específicos. Como referia José Paquete de Oliveira, na entrevista que concedeu ao bolseiro que apoiou a recolha de dados deste estudo, «um dos pontos fracos que prejudicou a nossa investigação foi o facto de, ao contrário de outras ciências que trabalhavam sobre dados já identificados, de cada vez que se fazia uma tese, parecia que se descobria a pólvora». Explicava este professor jubilado que, «inclusivamente quando se concorria a uma bolsa da FCT, havia um campo sobre o estado da arte. Então, cada vez que alguém fazia o estado da arte, parecia que nunca ninguém o tinha feito antes», o que terá prejudicado o desenvolvimento temático. Para José Paquete de Oliveira, só há vantagens em desenvolver o doutoramento no seio de

equipas de investigação. Fazendo referência às ciências técnicas, onde os investigadores trabalham em conjunto em laboratórios, respondendo cada um por uma 'fatia' do problema científico, sugere este professor que este modelo seja de algum modo replicado no contexto das Ciências Sociais em geral, e também das Ciências da Comunicação, ao mesmo tempo que recomenda um maior sentido pragmático na relação entre o segundo e o terceiro ciclo de estudos (considerando que a dissertação de mestrado deveria constituir um projeto para doutoramento).

Sendo já uma prática associada a uma boa parte dos projetos em curso, a associação de investigadores em formação, isto é, preparando dissertações de mestrado e teses de doutoramento, parece ser uma dinâmica proveitosa num duplo sentido: por um lado, as equipas são coadjuvadas por investigadores que, em muitos casos, trabalham em exclusivo na investigação (sem obrigações de docência), pelo que os projetos se enriquecem com contributos que estendem os objetivos do plano de trabalho a aspetos complementares do tema central de congregação da equipa. Por outro, os próprios mestrandos e doutorandos colhem vantagens pela integração numa equipa. Com efeito, a solidariedade entre os investigadores de um projeto poderá representar as seguintes vantagens: melhor enquadramento em interesses científicos reconhecidos; partilha de interesses; inscrição em dinâmicas de grupo; maior segurança na revelação de resultados (corroborados pelos resultados do próprio projeto) e possibilidade de melhor divulgação do trabalho final.

Tendo em conta o reconhecimento destes benefícios, compreender-se-á que uma das propostas de futuro, enunciadas neste estudo seja a intensificação da articulação das iniciativas de investigação com os programas de pós-graduação. Para além da melhor integração das investigações individuais dos doutorandos, admitir-se-á que este esforço contribua, pela concertação de sinergias, para a mais ampla expressão dos diferentes grupos de investigadores do país e para a expressão das próprias unidades e do campo científico em geral.

O doutoramento e o incremento da produção bibliográfica

O incremento dos ingressos em cursos de pós-graduação, especialmente em cursos de doutoramento, e o concomitante aumento de teses produzidas em Ciências da Comunicação não pode ser desligado de um setor muito importante para o domínio da investigação, o da produção bibliográfica. Praticamente nula até meados dos anos 1980, a publicação de livros sobre comunicação intensificou-se com a edição de muitas teses de mestrado e de doutoramento. É que, para além de não haver muita produção própria, também nunca se investiu suficientemente na publicação de traduções de obras de referência internacional. Habitados à necessidade de ler os principais autores nas suas línguas originais, ou em traduções espanholas ou de edição brasileira, os investigadores portugueses apenas muito recentemente se tornaram produtores de bibliotecas de comunicação.

Para além de coleções de comunicação criadas por iniciativa de algumas editoras (em articulação num ou noutro caso com investigadores), algumas séries foram também lançadas nos últimos anos no seio dos próprios centros de investigação. Profundamente estimulada pela publicação de textos baseados em dissertações, esta atividade editorial foi também muito inflamada pela necessidade de publicar os resultados dos projetos de investigação. O Quadro 7 lista as principais editoras portuguesas com livros na área específica das Ciências da Comunicação, assim como a sua ligação, nalguns casos, a centros de investigação do país:

Quadro 7- Principais editoras portuguesas com livros de comunicação

Editora	Coleção	Centro de investigação associado
Edições 70	- Arte & Comunicação - A construção do olhar	
Edições Afrontamento	Comunicação, Arte e Informação	CETAC.MEDIA

Edições Minerva	- Ciências da Comunicação - Comunicação	
Edições Universitárias Lusófonas	Comunicação	Cicant
Grácio Editor	Comunicação e Sociedade	CECS
Instituto Piaget – divisão editorial	- Sociedade e Organizações (alguns títulos especialmente relacionados com a comunicação)	
Livros Horizonte	Media e Jornalismo	CIMJ
Porto Editora	Comunicação	Coordenadores: Manuel Pinto e Joaquim Fidalgo do CECS
Quimera Editores	Comunicação	
Relógio d'Água	- Comunicação -Mediações	
Vega	Passagens	Coordenada por José Bragança de Miranda
Media XXI	Media XXI (vários títulos ligados aos média)	

Para além destas coleções específicas, existe ainda um conjunto disperso de títulos publicados em coleções de outras áreas, nomeadamente de Sociologia (como é o caso da Celta Editores). Finalmente, deverão considerar-se também os livros publicados com o apoio da FCT e da Fundação Calouste Gulbenkian²², onde foram editados alguns títulos de comunicação. Hoje serão já razoavelmente numerosos os títulos publicados nesta área de conhecimento,

22 O Gabinete de Meios para a Comunicação Social também apoia a edição de obras sobre comunicação social, concedendo um incentivo de três mil euros, no máximo, por título. Este apoio é atribuído através de concurso, que acontece duas vezes por ano.

devido considerar-se também a crescente atividade editorial ao nível de livros eletrónicos. Essa é, há algum tempo, a opção do LabCom, que disponibiliza online um vasto conjunto de eBooks, uma tendência seguida mais recentemente por outras unidades de investigação, como o CIMJ e o CECS.

Um outro setor que muito se desenvolveu a partir dos anos 1990 é o das revistas científicas. Não chegam a uma dezena as revistas de Ciências da Comunicação em papel. Mas algumas publicaram já um conjunto muito significativo de números temáticos, alimentados, em larga escala, por trabalhos preliminares de doutorandos, que assim procuram divulgar resultados provisórios das investigações em curso, bem como por trabalhos decorrentes de projetos coletivos, que procuram nestas revistas a disseminação dos estudos realizados.

Paralelamente a estas publicações, convencionalmente editadas em papel, começa a afirmar-se também um setor mais ágil de revistas eletrónicas, estando mais recentemente a surgir algumas iniciativas editoriais, a partir dos Grupos de Trabalho da Sopcom. Na listagem seguinte (Quadro 8), identificamos as principais revistas publicadas em Portugal.

Quadro 8- Principais revistas portuguesas de ciências da comunicação

Título	Edição	Obs.
Revista Comunicação e Linguagens	CECL / Relógio d'Água	É a mais antiga revista científica portuguesa de comunicação. Fundação: 1985
Revista Comunicação e Sociedade	CECS / Húmus	Fundação: 1999
Revista Comunicação e Cultura	CECC / Books on Demand	Fundação: 2006
Revista Caleidoscópio	Cicant / Edições Universitárias Lusófonas	Fundação: 2001

Revista Trajetos – Comunicação, Cultura e Educação	Iscte / Edições Fim de Século	Fundação: 2001 Passou em 2011 a ser co-editada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro
Revista Media e Jornalismo	CIMJ / Livros Horizonte	Fundação: 2002
Revista Comunicação Pública	Escola Superior de Comunicação Social de Lisboa	Fundação: 2005
Revista Interact	CECL	Fundação: 2000
Rhêtorikê	LabCom	
Estudos de Comunicação	LabCom	Fundação: 2007
DOC Online – Revista Digital de Cinema Documentário	LabCom	Fundação: 2006
Revista Comunicando	GT de Jovens Investigadores da Sopcom	Fundação: 2012
Revista Estudos de Jornalismo	GT de Jornalismo e Sociedade da Sopcom	Fundação: 2012
Obs*	Obercom	Publicou-se em papel entre 2000 e 2007. Exclusivamente online a partir de 2007
Recensio	Labcom	

A viragem para a publicação online é muito provavelmente uma inevitabilidade, até porque é necessário trabalhar, não apenas para a qualidade, mas também para o impacto. E o impacto é o digital e o bilinguismo. Ainda que correspondendo à necessidade de publicar também noutras línguas, nomeadamente em inglês, é nossa convicção que nas Ciências Sociais e Humanas tem que se escrever sempre em português, nomeadamente para credibilizar as boas revistas nacionais.

Desafios da política científica e oportunidades para a pós-graduação

Com cursos de graduação de Norte a Sul do país (ainda que com especial concentração no litoral), quatro centros de investigação em

Comunicação²³, sete revistas científicas em papel (mais algumas online) (Martins, 2012) e uma numerosa rede de jovens investigadores, o domínio das Ciências da Comunicação em Portugal é hoje um terreno fértil e de grande produtividade. Não esconde, porém, este entusiasmo alguns desafios que se impõem ao campo em termos de política científica, de sustentabilidade e de crescimento. É a esses desafios que nos referimos nos pontos seguintes.

O desafio da afirmação interna no seio das Ciências Sociais e das Humanidades

Apesar de um percurso histórico pelo menos aparentemente próspero, uma das principais fragilidades da Comunicação enquanto ciência prende-se com a sua delimitação enquanto campo autónomo. Tendo feito um trajeto de legitimação por relação às Ciências Sociais, de que foram sempre subsidiárias, as Ciências da Comunicação vivem ainda essa ameaça de subordinação a outras áreas científicas, no entendimento que alguns delas fazem.

É essa, por exemplo, a conclusão a que chegamos com o reordenamento das áreas científicas, feito recentemente pela FCT, ao publicitar, em meados do mês de fevereiro de 2012, o “guião para a elaboração e submissão de propostas de projetos de IC&DT” (Investigação Científica e Desenvolvimento Tecnológico), (<http://alfa.fct.mctes.pt/apoios/projectos/concursos/2012/docs/FCT->

23 São quatro os centros de investigação avaliados pela FCT na área das Ciências da Comunicação: Centro de Estudos de Comunicação e Linguagens (Universidade Nova de Lisboa); Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (Universidade do Minho); Centro de Investigação Media e Jornalismo (sem sede universitária); LabCom (Universidade da Beira Interior). Outros centros, porém, mantêm atividades na área da Comunicação. Por exemplo, o Centro de Estudos de Comunicação e Cultura, da Universidade Católica Portuguesa, avaliado na área de Estudos Literários, e o Centro de Investigação em Artes e Comunicação, da Universidade do Algarve, avaliado na área de Estudos Artísticos. Finalmente um outro conjunto de centros não financiados pela FCT reúne ainda outros investigadores portugueses, como sejam o CETAC.MEDIA e o Cicant.

GuiãoCandidatura-15Fev2012-v1.pdf). Sem debate prévio, pelo menos do ponto de vista público, esta reorganização dos campos científicos envolve as áreas de intervenção da comunicação de indefinições que tornam pouco previsível a expressão futura deste campo em termos científicos.

Algumas das alterações foram, com efeito, desconcertantes. É que, se é possível compreender que as Ciências da Comunicação e da Informação tenham deixado de constituir uma área científica autónoma, dado que é exatamente isso o que acontece na ordenação científica do European Research Council (http://www.comunidadefb.com.br/web/podcast/A-Peyraube_PresentationERC.pdf), já o mesmo não se pode dizer das Artes Multimédia, que se veem separadas do seu habitat natural, as Ciências da Comunicação, e transferidas para a área das Culturas e Produção Cultural. As Ciências da Comunicação e da Informação, todavia sem o Multimédia, passam agora a integrar o bloco “Instituições, Valores, Crenças e Comportamento”, ao lado da Sociologia, Antropologia, Ciências Políticas, Ciências Jurídicas, Políticas da Educação e da Ciência, assim como dos Estudos Sociais da Ciência e da Tecnologia.

E ainda permanece uma dúvida. Onde situar os usos da linguagem, por exemplo: pragmática, sociolinguística e análise do discurso? Integram as Ciências da Comunicação e da Informação? Ou devem ser entendidas nos estudos da “mente humana e da sua complexidade”, ao lado da Linguística, ou ainda, nas “Culturas e produção cultural”, integradas na subárea dos Estudos Literários? O documento da FCT não clarifica esta situação.

Aliás, é também incompreensível o facto de vermos a área científica designada como “A mente humana e a sua complexidade” compreender a inflação exorbitante de nada menos do que seis subáreas de Psicologia, num bloco que se estende ainda pela Linguística, Ciências da Educação, Filosofia, Ética e Religião. Não se entende, ainda, a inclusão da Religião neste bloco, dado o facto

de “crenças e comportamento”, ou seja, mitos, ritos, representações simbólicas e estudos sobre a religião, reclamarem sobretudo uma aproximação socio-antropológica.

Nesta taxonomia parece-nos bem problemática, na verdade, a situação dos *Cultural Studies* em geral. E particularmente as artes visuais, as artes performativas, o multimédia, os estudos de género, a diversidade de culturas, a herança e a memória cultural, os estudos pós-coloniais, vimo-los afirmarem-se desde dos anos 1960 em ligação estreita com os estudos dos média. Mas o próprio European Research Council inscreve-os na área específica das Culturas e Produção Cultural, afastados do seu natural enquadramento sócioantropológico.

Num horizonte em transfiguração, um dos principais desafios desta área de conhecimento é então o da sua própria afirmação como campo delimitado e o do esclarecimento do seu alcance enquanto esfera agregadora de saberes sobre os média, a linguagem, as tecnologias de informação, a cultura e as artes. Desta conquista dependerá, em boa medida, a amplitude da expressão científica da comunicação como campo que não se resume à atividade dos meios de comunicação de massas. Num texto de 2006, sobre a constituição e os dilemas do campo da comunicação, Immacolata Lopes assinalava precisamente esta necessidade, dizendo que se torna «necessário aumentar no campo da comunicação o movimento da autorreflexividade que se espraia em todo o campo da Ciências Sociais, com particular atenção à reflexão epistemológica crítica e atualizada» (2006, p. 27)

O desafio da sustentabilidade

Não obstante a qualidade da investigação produzida em Portugal, as Ciências da Comunicação têm pela frente também a necessidade de garantir a sua sustentabilidade. Ainda que os últimos anos tenham registado um investimento significativo nesta área, o financiamento

público atravessa, por razões conjunturais de crise, um momento de abrandamento, senão mesmo de recessão.

Ora, uma das debilidades das unidades de investigação prende-se com a elevada dependência da mesma fonte de financiamento. A Fundação para a Ciência e a Tecnologia tem sido a principal agência de recursos financeiros de suporte à investigação. No entanto, em contexto de sucessivos cortes orçamentais, torna-se prioritária a diversificação das entidades de apoio às atividades de pesquisa. Além disso, é do conhecimento público que a área das ciências sociais não é prioritária na política científica portuguesa, como aliás não o é, hoje, na política científica de nenhum país. E nas atuais circunstâncias, não se vislumbra um modo de enquadrar e integrar os novos doutores de Ciências da Comunicação.

Um dos eixos em que as Ciências da Comunicação têm sido estéreis é o da ligação ao setor empresarial, um problema que, para António Fidalgo não é exclusivo desta área, pois existe uma «falta de ligação da economia portuguesa ao ensino superior e nomeadamente às universidades». De facto, ao contrário do que já começa a acontecer noutras áreas, como as engenharias e as ciências da saúde, no campo da comunicação, a articulação entre a investigação e o mercado é ainda um domínio insuficientemente explorado. Embora seja possível a realização de doutoramentos em empresas, não tem sido ainda muito visível a ligação da pesquisa pós-graduada ao meio profissional.

Desejada por profissionais e académicos, a aproximação entre o campo de atuação e o campo da investigação é um dos reptos a que em cerca de 30 anos de história as ciências da comunicação ainda não responderam. Com efeito, um dos problemas de sustentabilidade desta área prende-se com insuficiente demonstração da utilidade da investigação em comunicação. De discreto impacto na transformação social, como todas as disciplinas críticas, a comunicação padece ainda de um certo preconceito que o sucesso das produções científicas a ela associadas não logrou desfazer.

Também ao nível do futuro dos cursos de terceiro ciclo se coloca a questão da sustentabilidade, nomeadamente no que concerne ao recrutamento de públicos para continuar a garantir o funcionamento destes novos programas de formação. Para José Rebelo, «há dois públicos para os doutoramentos: por um lado, um público que é impelido para doutoramento porque não tem trabalho (aparecendo o doutoramento como uma espécie de alternativa); por outro, pessoas numa idade mais avançada, alguns até jornalistas que, após 20 ou 30 anos de interrupção dos estudos, decidem, muitos deles à beira da reforma, ganhar uma legitimidade universitária». Capitalizando a experiência de décadas de atividade profissional, estes públicos poderão interessar-se pelos doutoramentos para «procurar contextualização teórica que valorize essa componente empírica adquirida».

O desafio da internacionalização

Ao desafio da afirmação da legitimidade científica da comunicação acresce o desafio da sua internacionalização. Muito têm conseguido os investigadores portugueses a este nível, graças à articulação com redes internacionais de trabalho. No entanto, este é um caminho que está apenas ainda no início. O reconhecimento do mérito da investigação portuguesa no estrangeiro carece ainda de um investimento que assegure definitivamente o lugar de Portugal no mapa científico internacional. No entanto, as condições da contemporaneidade, como as possibilidades da Internet, tornam as comunidades científicas incomparavelmente mais cosmopolitas que no passado, pelo que a afirmação internacional da comunidade portuguesa de Ciências da Comunicação constitui não apenas um desafio, mas um verdadeiro destino.

Acontece que a questão da internacionalização carrega consigo também a questão linguística, ou seja, a língua de produção e expressão do pensamento científico. Esta circunstância constitui uma exigência acrescida para os investigadores portugueses, à

semelhança aliás do que acontece com os investigadores ibero-americanos em geral, que além da obrigação de escreverem na sua língua, devem escrever em língua inglesa.

Dois caminhos são hoje desejáveis para a internacionalização das Ciências da Comunicação portuguesas: por um lado, a via europeia, que se oferece como oportunidade para resolver o imperativo de afirmação no espaço global de expressão em língua inglesa; por outro, a via ibero-americana, com uma abertura a África, residindo aí a possibilidade de fazer valer dois trunfos principais – a expressão em língua portuguesa e a relação histórica com Espanha e Brasil, e através destes países com a América latina e a África lusófona. Se na aproximação às redes europeias de atuação Portugal tem a perspetiva de internacionalização das suas atividades de investigação, no estreitamento de relações com os países latino-americanos tem uma saída para a produção em língua própria e uma extensão do seu público para os programas de formação pós-graduada.

O desafio associativo

Sendo hoje já relativamente numerosa, a comunidade científica portuguesa da Comunicação, tem ainda um outro desafio no horizonte, o da rentabilização das dinâmicas associativas. A SOPCOM é hoje uma associação com 450 membros. Não obstante esta dimensão, são ainda tímidos os proveitos de uma tal estrutura organizativa. Esta associação tem feito esforços no sentido de estimular a atividade regular de grupos de interação. O mesmo desafio se impõe ao nível das associações transnacionais, cujo papel principal passa pela criação de redes de trabalho que permitam o intercâmbio e o desenvolvimento articulado de países manifestamente próximos.

Constituem por isso apostas indispensáveis para os investigadores portugueses de Comunicação a integração em movimentos associativos como a Confibercom e a Lusocom, bem assim como o fortalecimento de relações no seio da Ecrea, da lamcr e da ICA.

Em consonância com o reconhecimento de que estas associações têm uma missão organizativa, de estímulo e de afirmação identitária, espera-se das Ciências da Comunicação em Portugal um maior empenho dos investigadores, tanto no reforço da sua capacidade associativa, como da sua força simbólica junto dos poderes públicos.

Referências bibliográficas

FIDALGO, A. **Publizistik ou as Ciências da Comunicação na Alemanha**, BOCC, Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/fidalgo-antonio-publizistik.pdf>. Acesso em abril de 2011.

LOPES, I. **O campo da comunicação: sua constituição, desafios e dilemas**. *Revista Famecos*, Porto Alegre. nº 30, p. 16-30.

MACHADO, F. L. **Meio século de investigação sociológica em Portugal** - uma interpretação empiricamente ilustrada. *Sociologia*. Porto. V. 19, p. 283-343.

MARTINS, M. de L. **Revistas científicas de Ciências da Comunicação em Portugal: da divulgação do conhecimento à afirmação do Português como língua de pensamento e conhecimento**. In KUNSCH, M. &

MARQUES DE MELO J. (Org.) **Comunicação Ibero-americana. Sistemas midiáticos, diversidade cultural, pesquisa e pós-graduação**. São Paulo: Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo. 2011, p. 401-416.

MARTINS, M. de L. & OLIVEIRA, M. **Pós-Graduação em Comunicação em Portugal: da variedade da oferta educativa à carência de um sistema de avaliação**". In KUNSCH, M. & MELO J. M. (Org.) **Comunicação Ibero-americana. Sistemas midiáticos, diversidade cultural, pesquisa e pós-graduação**. São Paulo: Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo. 2011, p. 331- 345.

MENDES, R. **Os Jornalistas e a Primeira Licenciatura em Comunicação Social em Portugal (1979)**. Lisboa. Escritório. 2012.